

# O *Militar* e a elaboração de um projeto alternativo de modernização para o Brasil (1854-1855)\*

## Adriana Barreto de Souza

Professora associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Atualmente, integra o corpo de pesquisadores do Pronex – Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro; do Núcleo de Estudos da Política (Nuep/UFRRJ); e coordena, em parceria com Celso Castro, o Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM/CPDOC-FGV). É autora de livros e artigos científicos sobre a temática “militares”, dentre os quais destacam-se: O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora, *distinguido com o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, e publicado em 1999*; e Duque de Caxias: o homem por trás do monumento, *publicado pela Civilização Brasileira em 2008*.

## RESUMO

Na década de 1850, a Corte do Rio de Janeiro vivia dias de otimismo. Após anos de lutas, o projeto conservador consolidava-se, pondo fim às rebeliões provinciais. É nesse contexto que o jornal *O Militar* é editado, realizando em suas páginas um debate substantivo e crítico à nova ordem. A historiografia localiza nesses debates a origem das formulações intervencionistas que marcariam o século XX brasileiro. O objetivo desse artigo, no entanto, é inserir esses debates no campo de referências políticas da época. Acredito que os artigos de *O Militar* expressavam o descontentamento de determinados setores do Exército com governo, o que os teria levado a reeditar o projeto conservador. Defendiam uma modernização fundada em um sistema disciplinar-meritocrático, que apresentava o Exército no legítimo condutor do processo civilizacional brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Militar; Exército; Modernização

## ABSTRACT

In the 1850s, the Court of Rio de Janeiro lived days of optimism. After years of battles, the conservative project was consolidated, ending the provincial revolts. In this context, the newspaper *The Military* is edited, performing on its pages a very consistent and critical debate on the new order. The historiography traditionally locates in these debates the origin of interventionist formulations that would mark the twentieth century in Brazil. The purpose of this article, however, is to insert these debates in the field of political references of their time. I believe that the articles of *The Military* expressed the discontent of certain sectors of the Army with the government, which would have led them to review the conservative project. These sectors advocated a modernization founded on a system that should be based on meritocracy and discipline, with the Army as the legitimate guide of the Brazilian civilizing process.

**KEYWORDS:** Military Journal; Army; Modernization

Na década de 1850, a Corte do Rio de Janeiro vivia dias de otimismo. Os homens livres do império passavam a se reconhecer como partícipes de um mundo civilizado. Esses anos não se distinguiam apenas pela estabilidade política que o “gabinete da conciliação”

consagrava, pondo fim às rebeliões provinciais. O progresso era sentido a todo momento, fosse pelas notícias estampadas nos jornais locais, quando do desfile das tropas argentinas, uruguaias e brasileiras pelas ruas de Buenos Aires, as tropas vitoriosas na derrubada de Rosas, fosse pelo simples ato, comum nas noites de verão, de abrir as janelas das casas e sobrados da Corte. A partir de 1854, essa atitude corriqueira colocava os antigos habitantes da região diante de um novo fenômeno da modernidade, o sistema de iluminação a gás.<sup>1</sup> Esta e outras obras da engenharia moderna difundiam o sentimento de se viver, enfim, uma nova era.

Os jornais de grande circulação se adequavam aos novos tempos. A tradicional cisão entre imprensas política e literária parecia já não mais fazer sentido. Na verdade, a própria concepção de política se alargava. Por um lado, ela tendia a deixar os círculos profissionais para se transformar em assunto de interesse geral, organizando inclusive muitas das tramas literárias da época. Por outro, esse alargamento das margens do mundo da política ampliava também as fronteiras de uma até então tímida esfera pública. Os temas políticos tornavam-se mais atraentes para variados setores da sociedade, e até mesmo a clientela, que inicialmente estava interessada apenas nas crônicas literárias e nas coscuvilhices dos salões imperiais, acabava tomando parte nas principais discussões do seu tempo.<sup>2</sup> É claro que o alcance dessas mudanças tinha limites, os impostos por uma sociedade de base aristocrática. Mas não deixava por isso de criar situações novas, como a abertura de diferentes espaços de debate e de elaboração de críticas ao sistema político em vigor – a política saquarema.<sup>3</sup>

É nesse contexto que se insere o jornal *O Militar*. De poucas páginas, circulou pela Corte imperial quinzenalmente, por um ano, entre julho de 1854 e julho de 1855. De linguagem veemente e bem direcionada, *O Militar* marcava com clareza o lugar político a partir do qual os artigos eram elaborados, enquadrando-se com perfeição na definição que se costuma fazer de um pasquim.<sup>4</sup> Seus números podiam ser encontrados, durante os primeiros seis meses de circulação, na Ti-

pografia Silva e Lima, localizada na Rua São José nº 8, e após fevereiro de 1855 na Tipografia Americana de José Soares de Pinho.

Historiograficamente, *O Militar* ganhou expressão a partir do livro de John Schulz, “Exército na política: origens da intervenção militar”. Como sugerido no título, o objetivo do livro é “examinar as origens da intervenção militar na política brasileira, durante a segunda metade do século XIX”.<sup>5</sup> Logo na introdução, o autor recorreu a um artigo de *O Militar* para afirmar a existência na oficialidade de um grupo jovem e instruído que possuía ideias bem diferentes das da elite governante, composta de latifundiários e lecionistas. Constituindo um grupo de oposição, esses jovens oficiais defendiam a abolição da escravidão, a imigração de europeus, a proteção das indústrias, eleições livres, direitos civis além de lutarem por melhores salários, promoções e condições de vida para os oficiais e suas famílias.<sup>6</sup>

A proposta é interessante. Porém, ao tentar “acompanhar a trajetória desse grupo de oposição através de quarenta anos de história” a fim de explicar a Proclamação da República, primeira intervenção militar na política brasileira, John Schulz lança mão de uma estratégia analítica delicada. Além de incorporar como verdadeiras as críticas de *O Militar* à elite de latifundiários e lecionistas, transformou o que inicialmente era apenas um grupo jovem e instruído da oficialidade no próprio Exército.<sup>7</sup> Em seguida, a generalização fundamentou um quadro explicativo: o Exército, na década de 50 do século XIX, já se levantava contra a elite política, e a relação entre ambos, a partir de então, seria marcada por forte hostilidade.<sup>8</sup>

O interesse deste artigo, portanto, é reinserir essas ideias no campo de referências políticas da época. Acredito que *O Militar* expressava o descontentamento de determinados setores do Exército com governo, constituindo, inclusive, um grupo difícil de ser definido por meio do jornal, uma vez que a identidade de seu redator e as dos colaboradores permaneceram no anonimato. Identificá-los como jovens alunos da Escola Militar – como procurarei mostrar – é insuficiente, e nos induz a um perfil equivocado do grupo. Do mesmo modo, me parece precipi-

tado apresentá-los como representantes de um pensamento intervencionista originário. Do ponto de vista interpretativo, ganhamos mais se, ao invés de olharmos para o futuro, e tentarmos imaginar aquilo que supostamente eles se tornarão, explorarmos o diálogo que *O Militar* estabeleceu com a tradição política de seu tempo. Aí, o que emerge é um grupo menos preocupado com questões políticas amplas, como a abolição da escravidão e a ampliação dos direitos civis, e mais firmemente engajado em denunciar o que consideravam ser o descaso da elite política com a carreira militar. Acreditamos que esse descontentamento levou *O Militar* a estabelecer uma importante crítica ao vitorioso projeto conservador, propondo, ao final, uma via alternativa de modernização para o Brasil, fundada num sistema disciplinar-meritocrático.

### **SOBRE A AUTORIA DO JORNAL**

Como todo pasquim, *O Militar* manteve as identidades de seu redator e colaboradores no anonimato. A competência com que executou a tarefa nos legou um problema. Ainda hoje é difícil identificar os responsáveis pelo jornal. A versão corrente na historiografia afirma que ele era editado por alunos da antiga Escola Militar. No entanto, a origem da informação é desconhecida. Em fontes específicas, sobre imprensa, não foi possível localizar qualquer dado, e, formalmente, o redator adotava um procedimento padrão: os artigos eram invariavelmente assinados por *O Militar*. Um detalhe interessante era a letra maiúscula, utilizada em todas as palavras que se referiam ao "mundo militar", funcionando como uma espécie de mecanismo ortográfico de reconhecimento social da carreira, uma das principais metas da publicação.

Diante da dificuldade, a única opção era realizar uma investigação sobre conjecturas, a partir dos artigos publicados pelo jornal. Mas o resultado do esforço foi modesto, só tendo sido possível reunir três pistas significativas e que, de início, pareciam apontar para direções opostas. A primeira delas aparece logo no primeiro número do jornal, quando o autor do artigo, ao comentar o re-

latório do ministro da guerra, afirma que *O Militar* se encontrava em "contato imediato com o Exército".<sup>9</sup> Essa declaração, a princípio, colocaria em suspenso a versão historiográfica corrente. Isso porque, pelos padrões atuais, os alunos da Academia Militar, situada em Resende, não mantêm qualquer relação de proximidade com a tropa.

Mas os outros dois outros indícios voltavam a apontar para a Escola Militar, então situada no Largo de São Francisco, centro do Rio de Janeiro. Um deles – segundo de nossa lista – é a indisfarçável proximidade de *O Militar* com o cotidiano da escola. Os exemplos são vários. Vou citar apenas um deles: um pequeno artigo intitulado "Uma Lágrima", publicado no dia 13 de janeiro de 1855. Tratava-se de uma homenagem ao alferes-aluno do quarto ano da escola, Januário Alexandrino Caneca, vitimado por uma moléstia fatal. Segundo o próprio *O Militar*, Januário não era uma grande personalidade do corpo discente, que pudesse merecer a atenção de outros grupos, externos à escola. No enterro do rapaz compareceram apenas doze amigos, ainda segundo o artigo, os mais próximos. E, entre estes, estava *O Militar*.<sup>10</sup>

O terceiro indício, e também o mais expressivo, é resultado de um cruzamento de fontes, realizado a partir de uma sequência de artigos publicados entre agosto e setembro de 1854, nas páginas de *O Militar*, sob o título "Celibato Militar".<sup>11</sup> O que estava em questão era um projeto de lei que vinculava o casamento dos oficiais subalternos a uma prévia autorização do Ministério da Guerra. O projeto virou um caso. No dia 14 de agosto, as galerias da Câmara dos Deputados foram tomadas por alunos da escola militar, interessados em acompanhar a votação. Quando o tema entrou em pauta, em sinal de protesto, todos bateram fortemente os pés contra o assoalho, causando enorme balbúrdia e paralisando por instantes o debate.<sup>12</sup>

Reprimido o grupo, dois tenentes e um alferes foram recolhidos à Fortaleza de Santa Cruz e, ao serem libertados, um deles foi demitido e os outros dois transferidos de batalhão.<sup>13</sup> O fato teve grande repercussão na Corte. O jornal *Correio Mercantil* aderiu à manifestação e cedeu espaço para se debater o tema.<sup>14</sup> Dois dos artigos então publica-

dos foram assinados por “Do Militar” e, em um deles, intitulado “Escola Militar”, afirma-se que o menoscabo que se tem pela escola da Corte advinha “dos pontos de contato que ela tem com a classe militar”.<sup>15</sup>

Essa frase, a última do artigo publicado no *Correio Mercantil*, serviu como um alerta, exigindo uma reflexão mais cuidadosa sobre os mencionados pontos de contato entre alunos e tropa, e sobre o próprio significado do termo classe militar. Afinal, o único indício contrário à hipótese de que *O Militar* era de autoria dos alunos da Escola Militar do Largo de São Francisco era justamente a afirmação efetuada pelo *O Militar* de que a legitimidade das suas críticas provinha da proximidade dos colaboradores com a tropa. E, nesse sentido, era hora de colocar em suspenso alguns pressupostos e perguntarmos, a partir de uma breve pesquisa bibliográfica, sobre o funcionamento da Escola Militar no início da década de 1850.<sup>16</sup>

Fundada em 1810 pelo Príncipe Regente D. João, e funcionando no espaço que hoje abriga o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, a então Real Academia Militar foi alvo de várias reformas até meados do século XIX. Às alterações no próprio nome seguiram-se várias outras, que evidenciavam as divergências existentes no interior da oficialidade quando o assunto era ensino militar. Em 1823, por exemplo, um ato do governo permitiu a matrícula de alunos civis na Real Academia. O tema gerou enorme polêmica, e nem o engajamento de homens como Francisco Vilela Barbosa, militar de prestígio, que frequentava os círculos mais próximos ao imperador e dirigia a Pasta da Marinha, mudou o rumo dos acontecimentos. A partir de então, e durante 50 anos, até às reformas de 1874, os alunos militares dividiram salas de aula com “jovens paisanos” interessados no curso de engenharia civil.<sup>17</sup>

O corpo discente da antiga escola não era homogêneo, como poderíamos supor. Além do convívio com estudantes civis, entre os próprios militares havia vários desníveis: etários, hierárquicos e, nos primeiros anos da independência, também de nacionalidade. Contrastes e fissuras que fariam parte do cotidiano da escola ainda na década de 1850. A partir de uma pesqui-

sa realizada no livro de matrículas de 1853 – portanto, um ano antes da publicação de *O Militar* –, Celso Castro revela que entre os 90 alunos matriculados no 1º ano da escola havia 54 paisanos, 28 cadetes, 3 alferes, 1 sargento, 3 soldados e 1 aluno que não foi identificado.<sup>18</sup>

Assim, um aluno matriculado na escola militar em 1854 (então denominada Escola Militar da Corte), além de não integrar um grupo discente homogêneo, também não constituía mão de obra especializada. Como diria o Ministro Manoel Felizardo, em discurso na Câmara dos Deputados três anos antes, em 1851, a Escola Militar precisava de regime de internato, de quartel, capaz de “acostumar os jovens militares à obediência, inspirar-lhes hábitos da vida a que se destinam e tornar-lhes familiares os exercícios de suas respectivas armas e a economia dos corpos”.<sup>19</sup> No entanto, os alunos continuaram se formando sem terem frequentado, com certa sistematicidade, aulas práticas. As tentativas de implantá-las foram fracassadas.<sup>20</sup>

Retomando a discussão sobre a autoria de *O Militar*, é possível afirmar, portanto, que a Escola Militar do Largo de São Francisco, em 1854, constituía um ponto de encontro de militares de diferentes patentes. Se desde a independência esse fato já representava a realidade do mundo acadêmico militar, depois da aprovação da lei de promoções em 1850 ele ganhava um novo impulso, com o retorno aos bancos escolares de muitos oficiais antigos na esperança de obterem uma promoção. Um breve exame dos ofícios despachados pelo Comando de Armas da Corte comprova a facilidade com que os alunos da escola circulavam pelos corpos e eram empregados nas fileiras do Exército. No ofício nº 343, de 15 de julho de 1854, o comandante pedia instruções sobre o modo como devia proceder com os “oficiais de corpos que estão fora da Corte Imperial e que vêm para aqui estudar na Escola Militar” e, enquanto isso, o mesmo comandante tomava medidas para empregar os alferes-alunos como adidos nos corpos onde serviam como praças.<sup>21</sup> Toda essa movimentação, conforme notificava num outro ofício, “fundava-se na conveniência da disciplina militar, todos os

oficiais e praças que vêm estudar na Escola Militar são mandados adir aos corpos de Guarnição, para ficarem sob regime e vigilância deles, e fazerem o serviço durante as férias escolares”.<sup>22</sup>

A escola pode ser entendida, assim, como um centro de reunião de oficiais do Exército com experiência junto à tropa, de homens que “serviam realmente ao país, dormindo em barracas, envolvidos em seus capotes e comendo a rude ração dos soldados” e de “moços cheios de habilitações científicas”, ou ansiosos por obtê-la.<sup>23</sup> Todos convivendo diariamente na escola (os engenheiros por um período de sete anos, e os artilheiros por cinco anos), e participando do rebuliço político e cultural da cidade. Talvez não seja demais lembrar que a escola encontrava-se cravada no centro da Corte, coração político do Império.

Oficiais subalternos e praças integravam o conjunto dos alunos da escola militar, e era a eles que se referia a expressão “classe militar”. Entre os números de *O Militar*, é possível localizar dois artigos que propõem uma reflexão sobre o termo, um deles tendo por subtítulo “O Soldado” e outro “O Oficial”.<sup>24</sup> A princípio não há novidade, afinal o Exército era composto por esses dois grupos. Mas há nesses textos um detalhe expressivo: *O Militar* operava uma segmentação muito peculiar no corpo de oficiais do Exército. Para eles, havia as “capacidades militares”, grupo integrado por oficiais gerais e parte dos oficiais superiores, e o restante da oficialidade. O procedimento revela uma postura política. Para os colaboradores do jornal, essas “capacidades militares”, como preferiam nominar o alto oficialato, atuavam de forma “egoísta”: optavam por manter fechado “em seus gabinetes o produto de suas locubrações, e deixam o Exército quase entregue a si mesmo”<sup>25</sup>, imerso nas relações de patronato.<sup>26</sup>

Desse modo, quando, em meio aos protestos contra a votação da “lei do celibato”, que regulamentava o casamento dos oficiais subalternos, *O Militar* mencionava que o menoscabo dos políticos pela Escola Militar provinha do seu contato com a “classe militar”, explicitava a proximidade que havia entre a escola, a baixa oficialidade e

praças.<sup>27</sup> Uma proximidade que, para os padrões da época, sem dúvida, comprometia o prestígio da instituição.

Face às expectativas e frustrações que o projeto conservador de reforma do Exército criou, principalmente na virada da década de 1850, com a administração Manuel Felizardo, é possível que esses homens, com vinculações e trajetórias tão distintas no interior do Exército, mas unidos sob o teto da Escola Militar, tenham iniciado a publicação de *O Militar*.<sup>28</sup>

### **AS CRÍTICAS À REFORMA MILITAR CONSERVADORA**

A reforma militar promovida pelo Partido Conservador em meados do século XIX ocorreu de forma assistemática. As desconfianças em relação ao projeto eram muitas, mesmo entre os conservadores. Suspeitava-se que o governo pretendia “armar o Estado”, o que revolia antigos fantasmas associados ao despotismo de D. Pedro I. Dois gabinetes foram chave na implementação da reforma: o de 19 de setembro de 1837, que tinha à frente do Ministério da Guerra o engenheiro militar Sebastião do Rego Barros, e o de 29 de setembro de 1848. Após onze anos, quem assumiu a Pasta da Guerra neste último gabinete foi o então Tenente-Coronel Manuel Felizardo de Sousa e Mello. O gabinete foi – na opinião de Joaquim Nabuco – o “mais forte e homogêneo que o país já teve”.<sup>29</sup> Presidido pelo regente de 1837, Pedro de Araújo Lima, contava na direção de suas pastas com a participação da conhecida trindade saquarema – Eusébio de Queiróz, Rodrigues Torres e Paulino Soares. Esses nomes são bem conhecidos. Constituíam o núcleo dos jovens políticos atrelados à bancada conservadora fluminense, que pela primeira vez ocuparia em conjunto um gabinete imperial. Outros políticos da mesma geração integravam a Câmara que se formaria com as eleições de 1850. Uma Câmara praticamente unânime: um liberal entre 110 conservadores. Por fim, vale ressaltar ainda que este foi também o segundo gabinete de maior duração de toda a história do império, tendo permanecido por três anos e oito meses no governo.<sup>30</sup>

O gabinete de 29 de setembro de 1848 pode ser considerado, assim, um emblema da administração conservadora. O ministro Manuel Felizardo tinha plenas condições de efetuar todas as reformas projetadas. Condições políticas, e também orçamentárias. Ao contrário do que afirma a historiografia, a verba destinada aos negócios da guerra era muito superior à dos demais ministérios. Inclusive, foi dessa opulência que nasceram os males da administração Felizardo: em poucos anos, o ministério estava envolvido em vários escândalos.<sup>31</sup>

Apesar dos esforços do governo em controlar o impacto das denúncias no parlamento, eles não foram suficientes para conter as insatisfações geradas no Exército, sobretudo entre escalões mais baixos da hierarquia militar. A publicação do jornal *O Militar* demonstra esse fato. Quando saiu o primeiro número do jornal, em agosto de 1854, o gabinete de 1848 já havia caído, e quem estava à frente da Pasta da Guerra era Pedro de Alcântara Bellegarde.

O general era idolatrado por *O Militar*, que celebrava sua trajetória “limpa e digna”, uma referência ao fato de Bellegarde ter se tornado lente catedrático da Escola Militar por meio de concurso público, tendo concorrido com seis outros candidatos. A sociedade imperial – na avaliação de *O Militar* – encontrava-se envolta numa “atmosfera de vapores perniciosos que encobriam a razão” e impunham entraves às “vias do progresso”. Mas, demonstrando grande entusiasmo com a nova gestão, logo em seguida, o jornal declarava de forma resoluta a intenção de prestar um serviço ao ministro, atuando como seu auxiliar crítico, uma ajuda que julgava indispensável pela estreita relação que o jornal mantinha com a tropa.<sup>32</sup>

Embuído por esse espírito quase missionário, *O Militar* avaliou em seus números cada uma das principais medidas da reforma militar conservadora.

A lei de promoções foi a primeira a ser revista. Criada com o objetivo de garantir aos oficiais acesso gradual e sucessivo na carreira, ela acabou sendo – na avaliação de *O Militar* – completamente burlada por uma série de dispositivos formais e pelo não cumprimento de alguns de seus artigos.<sup>33</sup>

Esse caso parece ter sido, por exemplo, o do artigo 13 da lei, que determinava o preenchimento dos postos do Exército em até no máximo doze meses. *O Militar*, em 1854, quatro anos após a aprovação da lei, já denunciava o “esquecimento deste preceito”, afirmando que alguns postos se acham em aberto por mais de dezesseis meses.<sup>34</sup>

Para os colaboradores do jornal só havia uma razão para tal esquecimento: o patronato. E não tinham dúvidas: o problema era o funcionamento das comissões de promoção, que não conseguiam assegurar a lisura dos procedimentos. Como a comissão contava, entre seus integrantes, com os comandantes dos corpos a que pertenciam os candidatos, ocorria todo tipo de pressão. Segundo *O Militar*, não havia “nada mais fácil, e infelizmente mais comezinho, do que um comandante em uma informação secreta atassalhar a reputação dos oficiais que, a uma ilibada conduta, juntavam relevantes serviços”.<sup>35</sup> O quadro parece ter se agravado com a regulamentação de 31 de março de 1851. Por ela, o governo poderia transferir para o Estado Maior de 2ª classe os oficiais por ele considerados inabilitados para o serviço.<sup>36</sup>

A preocupação de *O Militar* era com a brecha que o novo regulamento abria numa sociedade marcada pela desigualdade. Meses depois, explicitaria a razão de seu temor: as leis do império nunca são “executadas contra os poderosos ou protegidos do governo, assim como são ilegalmente praticadas contra proscritos e adversários dessa corrompida atualidade”.<sup>37</sup>

Outra instituição que não escapou às críticas de *O Militar* foi Conselho de Inquirição, orgulho da reforma militar conservadora. Com sua criação, instituía-se a obrigatoriedade de um julgamento prévio à definição de qualquer medida punitiva em meios militares. Mas, na avaliação do jornal, a instituição padeceria do mesmo mal que acometia as demais: integrado por oficiais do mesmo corpo e, portanto, submetidos do Comandante, o Conselho só ouvia testemunhas que lhe interessavam e negava ao oficial o direito de se defender.<sup>38</sup>

Para *O Militar*, a mesma lógica animava a manutenção do Exército nos serviços de polícia. Empregando a força na segurança

individual, na caçada a bandos de desordeiros que desestabilizavam a ordem das ruas, além de utilizá-la nas rondas noturnas e nas patrulhas diárias, o governo favorecia o estabelecimento de laços entre os corpos e a localidade que descaracterizavam o Exército.<sup>39</sup> Nesse ponto, além do tema do patronato, *O Militar* também denunciava o mecanismo de atuação dos conservadores na constituição da unidade política. Sem discutir diretamente a prática dos governos de interferir nas eleições para obter maioria, reclamava do envolvimento do Exército nas disputas políticas. Neste ponto, podemos ler as expressões “segurança individual” e “bandos de desordeiros” como defesa dos esquemas políticos montados pelos conservadores nas municipalidades:

Ninguém dirá que os corpos fixos satisfazem aquelas condições [de instrução e disciplina]. Conservando-se destacamentos por anos em um mesmo lugar, tendo os seus comandantes ordens do presidente para intervir nas eleições, se sem direito de recusar auxílio de força à autoridade policial, ainda mesmo quando requisitada para satisfazer a vinganças; eles chamam sobre a tropa a odiosidade pública (...) o Exército tem-se tornado instrumento de paixões políticas e de mera compressão.<sup>40</sup>

À política conservadora interessava manter o controle sobre as eleições, e nenhuma instituição poderia auxiliá-la melhor nessa tarefa do que o Exército reformado. Controlado a partir de esquemas de patronato, e do monopólio exercido pelo governo sobre a distribuição de patentes e benefícios, o Exército imperial, organizado em corpos fixos, criava raízes em determinadas localidades e, estando sob o comando dos presidentes de província, cumpria todas as ordens que lhe eram determinadas. Tornava-se, de fato, uma boa arma política.

Mas as censuras de *O Militar* ao governo também possuíam limites. O jornal abordava apenas assuntos relativos ao Ministério da Guerra. O processo eleitoral só constituía um problema porque interferia diretamente na

organização do Exército, evidenciando uma grande confusão presente na sociedade política sobre a função das forças de linha.<sup>41</sup>

Outra questão que gerava grandes discussões entre os colaboradores de *O Militar*, alimentando o tom de indignação dos artigos, era o recrutamento. Nas páginas do jornal era possível ler as melhores críticas ao sistema de recrutamento em vigor, ao qual eles opunham a conscrição. Esta configurava “o mais racional e equitativo sistema de recrutamento possível, que mais vantagem oferece ao país e ao Exército, que mais garantias dá ao cidadão”.<sup>42</sup> Num jogo de palavras os colaboradores do jornal afirmam a inconstitucionalidade da conscrição. Considerando que a Constituição do Império determinava que todo cidadão, exceto o monarca e seu herdeiro, era obrigado a concorrer para a formação do Exército, *O Militar* concluía pelo desinteresse dos políticos pelos negócios militares, definindo o perfil dos homens a quem cabia a defesa da pátria:

O soldado entre nós não é aquilo que dissemos; não! Não é o cidadão na fina flor da juventude, pagando o tributo, imposto pela lei suprema da Nação a todos os indivíduos que a compõem, e voltando depois a seus lares a cuidar de seus pessoais interesses.

O soldado entre nós, ou é o infeliz sem proteção, ou vítima de torpe vingança, arrastado pelo recrutamento para as fileiras do Exército ou é o vagabundo desmoralizado, e muitas vezes punido de crimes, ou o pobre esmagado pelos rigores de sua malaventurada sorte, que ambos vão procurar na praça, um refúgio, ou esquecimento das suas iniquidades, este o último recurso que vê luzir através do caliginoso véu que o circunda. (...) Eis pois o que é o soldado - defensor da pátria - o garante da tranqüilidade pública, o mantenedor da tranqüilidade do império!<sup>43</sup>

O tom da denúncia merece atenção. A princípio, ele parece expressar uma posição política progressista, ou configurar uma crítica mais radical ao princípio hierárquico

e às desigualdades que caracterizavam a reforma conservadora. Mas não era essa a intenção de *O Militar*. Ao contrário, o que os colaboradores do jornal exigiam – de forma veemente – era a exclusão desses homens do Exército, pelo prejuízo que sua presença produzia na disciplina e na moralidade da tropa. O que identificavam como injustiça no recrutamento era o nivelamento que o sistema produzia entre “o vício e a virtude, o crime e a desgraça, sujeitando-os [os militares] promiscuamente a castigos corporais”. Exigia que se “eliminasse do Exército a fração desmoralizada, vedando-se-lhe por qualquer meio a admissão nas suas fileiras”, porque só assim poder-se-ia minorar a resistência ao serviço militar, “e aumentar a devida importância, ou consideração dos que, vencendo a repugnância, se alistassem no Exército”.<sup>44</sup>

Para um grupo dedicado à tarefa de promover a carreira, o recrutamento configurava um de seus maiores obstáculos, que nunca seria superado por uma “ação regeneradora”, mas por uma interdição. Em outro número, publicado no mês seguinte, o autor seria menos comedido. Discutindo a “consciência militar”, expressão que dá título ao artigo, indagaria: “E que consideração pode merecer um Exército composto pelas fezes da sociedade?”<sup>45</sup>

Ao tentar identificar o responsável por esse estado de abandono em que se achava o Exército, *O Militar* culpava a política do governo. Mas, pouco a pouco, o jornal foi ampliando seu leque de alvos. De início era apenas o ex-Ministro Manuel Felizardo, depois passaram para o conjunto dos conservadores e, desses, chegariam à “classe dos magistrados”.

Identificando o predomínio de magistrados na elite política, *O Militar* entendia que as “influências perniciosas” que disseminavam o patronato e a corrupção no meio militar eram dirigidas por esses “monopolizadores do governo” contra o Exército a fim de excluí-lo da direção do poder público. Incapazes de administrar com competência os negócios do Império e interessados apenas em manter seus privilégios, os magistrados – na avaliação do jornal – procuravam impedir o progresso da “classe militar”:

Eis aí porque a Classe Militar se acha despojada de tudo (...) arrastando a vida na obscuridade, exausta de tudo, até do necessário, enquanto que aquela – a dominadora, vive a vida fausta, brilhante que lhe grangeara o egoísmo, o monopólio, a usurpada influência e criminoso exclusivismo.<sup>46</sup>

Essa crença viria a ser reforçada pela polêmica do “celibato militar” – nome pelo qual *O Militar* batizou a tentativa de regulamentação dos casamentos dos oficiais de baixa patente do Exército. Sem conseguirem explicar a razão pela qual a lei foi dirigida com exclusividade para o Exército, quando o quadro de funcionários públicos era tão grande, os colaboradores do jornal começaram a acreditar num sentimento de hostilidade da elite civil de magistrados em relação ao Exército. Na edição do dia 26 de agosto, eles indagariam:

Ora, dando de barato que o celibato seja conveniente, consintamos S.S. que lhe perguntemos, a ele tão brasileiro [o deputado Pereira da Silva], qual a razão por que não redigiu esse padrão de sua glória parlamentar a torná-lo extensivo a todas as classes, porque não disse antes: “todos os brasileiros que não tiverem tanto de rendimento, não poderão casar-se?” Responda-nos S.S. que queremos firmar-nos na convicção da particular estima que consagra à Classe Militar?

Logo em seguida, essa oposição entre militares e elite política passaria a fundamentar uma outra dissensão. Os oficiais subalternos, no entender do *O Militar*, eram perseguidos pelo fato de pertencerem a classes pouco privilegiadas, por não disporem de bens e por não serem oriundos de famílias abastadas: “É justo o to lherdes o direito ou prática inocente e religiosa em que estão os chefes de famílias honestas e pouco abastadas de contratar casamento para suas filhas, sem reverência de classes ou aristocracia?”, questionaria um artigo.<sup>47</sup>

A formulação levaria *O Militar* a traçar uma linha divisória no interior do próprio Exército, e segregar da instituição o grupo de oficiais gerais e superiores. Oriundos de famílias tradicionais, que gozavam de prestígio no meio político, os oficiais dos altos círculos da hierarquia militar eram identificados nas páginas do jornal como participantes ativos desse ambiente pernicioso, dispondo de lugar cativo nas redes de favorecimentos pessoais tecidas pelo patronato. Após denunciar o pacto de silêncio existente entre seus membros, que pareciam preferir “guardar em seus gabinetes o produto de suas locuções”, *O Militar* retornaria aos esquemas que norteariam o sistema de promoções:

Entre nós promove-se Coronéis a Brigadeiros, estes a Marechais, sem que hajam Brigadas e Divisões organizadas (...) vê-se pelo que vai dito, que os postos gerais entre nós não passam de sinecuras, e que é realmente impossível com uma tal organização obter-se homens habilitados para porem em prática concepções estratégicas, e operarem em um Exército, porque entendemos que não é bastante a instrução teórica de um general; ele precisa de um conhecimento prático das três armas e das relações dela.<sup>48</sup>

O alto-oficialato – na avaliação de *O Militar* – participava da indiferença da elite pelo Exército. E, por isso, ao excluí-lo da instituição, o jornal se dava o direito de generalizar e se apresentar como porta-voz do Exército, do verdadeiro Exército, aquele dos oficiais inferiores e subalternos. Homens como o Ministro Manuel Felizardo constituíam o exemplo máximo dessa “unidade dos dominadores”. Para *O Militar*, ao dirigir a reforma conservadora, o coronel demonstrou ser tão indiferente ao Exército quanto os políticos. Uma vez implantadas as reformas, as “capacidades militares” – afirmaria o jornal – podiam dispor dos postos e patentes militares arbitrariamente e, num movimento de retroalimentação, expandir suas redes pessoais de favorecimentos, inviabilizando a profissionalização da carreira militar.

## A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA PROPOSTA

O jornal *O Militar* pode ser apresentado como herdeiro do pensamento saquarema, e seu crítico mais pertinaz. Herdeiro porque operava com conceitos e elementos discursivos do pensamento conservador, organizados pelo núcleo de dirigentes ligados à bancada fluminense no processo de luta pela centralização política. Já suas críticas eram organizadas a partir da experiência do grupo. A fidelidade aos princípios de ordem e civilização, ainda que moldasse e restringisse a forma e o conteúdo das reivindicações de *O Militar*, não impedia que seus colaboradores percebessem as contradições do projeto conservador de reforma militar em fase de institucionalização. Porém, assim como se apegou ao ministro Bellegarde, *O Militar* tentou resgatar também outras personalidades públicas. Dentre elas, e acima das demais, o próprio imperador. A fidelidade ao princípio monárquico era uma marca do grupo:

O Brasil, país novo, de extenso território, sem ter espalhado a semente da civilização por todo o seu interior, eivado de potentados locais, imbuídos da idéia de feudalismo que herdamos dos donatários portugueses, necessita de uma força convenientemente organizada, que sobranceira a essas influências perniciosas, faça chegar a ação governamental a esses asilos do crime e da barbárie...<sup>49</sup>

A raiz da qual provinha *O Militar* era a mesma que originou a unidade e a expansão do projeto conservador. Ambos tinham por base a centralização política, que surgia em resposta à desordem cultivada pelo barbarismo e pelos potentados locais. Como parte de uma fase histórica ultrapassada – o feudalismo –, esses centros de poder impediam a difusão de uma civilização. Foi a partir desse contexto que se fez necessário reorganizar o Exército, e foi em nome dele que *O Militar* assumiu uma postura crítica em relação ao governo.

Ao ampliar os espaços de discussão, o Estado imperial trazia para o debate político novos grupos sociais e abria uma série de

possibilidades que escapavam ao controle daqueles que haviam concebido e articulado o projeto de reforma conservadora. Pode-se afirmar que os artigos de *O Militar* promoviam uma reedição da matriz discursiva conservadora. Não eram só os conceitos e terminologias que coincidiam com os ideais saquaremas, eles recuperavam também os mesmos marcos cronológicos. Diante da possibilidade de alguns de seus próprios colaboradores terem tomado parte nos combates pela “pacificação do império”, o jornal não deixaria de lembrar o eficiente desempenho do Exército nessa ocasião:

Quanto a utilidade que mesmo assim esse simulacro de Exército lhe tem prestado, ela é bem patente. Para atestá-la, aí estão o Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul; (...) provando além disso que não era valor e dedicação o que faltava ao Exército imperial.<sup>50</sup>

O ressentimento de *O Militar* pode agora ser mais bem compreendido. Tendo tomado parte diretamente ou não na repressão às rebeliões provinciais, os colaboradores do jornal se acostumaram a ouvir dos políticos e de lideranças militares longos discursos sobre a lealdade da tropa e sobre a importância das forças de linha na defesa da integridade do império. Desse modo, quando mencionava o valor e a dedicação do Exército, *O Militar* estava resgatando uma das várias imagens construídas pelos próprios conservadores ao longo dos anos de 1830 e 1840. O interesse do Partido Conservador à época era atrelar, de forma incontornável, o sentimento social de insegurança e desordem gerado pelas rebeliões a seus opositores liberais. Foi assim que empunhou a bandeira de reforma do Exército contra a anarquia dos potentados locais e, nesse mesmo movimento, mobilizou também aqueles que viriam a editar *O Militar*.

Para o jornal, portanto, não restavam muitas alternativas a não ser acreditar que, tendo permanecido sob responsabilidade dos políticos, o projeto original de reforma havia sofrido um desvio em relação aos seus

preceitos originais. O mais interessante, porém, foi o modo encontrado pelo jornal para conciliar a fidelidade à Coroa e os princípios conservadores de ordem e civilização a seus descontentamentos:

Parecia que depois das palavras animadoras para a Classe Militar, proferidas pelo nosso Monarca no seu discurso de abertura das câmaras no corrente ano, essa Classe passaria a ocupar uma posição mais favorável do que aquela que lhe concede, já não diremos a Constituição do Império, mas sim a vontade e capricho dos exclusivistas togados (...) que já resistem apesar de governistas as medidas do governo...<sup>51</sup>

Na ânsia de recuperar o que acreditavam ser a essência do projeto conservador, *O Militar* estabelecia uma curiosa distinção no interior dos círculos governamentais. Apartava do governo um grupo que denominava governista. Assim sendo, os desca-minhos da reforma eram entendidos como resultado da atuação desses governistas, isentando de responsabilidade o imperador e a Constituição. Além disso, essa leitura criava margem para o resgate de alguns nomes da política, que rapidamente tornavam-se lideranças. A negligência em relação aos assuntos da guerra revelava uma resistência dos governistas às medidas do governo. Desfazendo a unidade e coesão que caracterizavam a ação conservadora, *O Militar* não só encontrava um alvo certo para suas críticas, como também menos comprometedor.

O próximo passo foi lançar uma nova proposta política de reorganização do Exército, na qual reivindicavam para os militares o lugar da competência e da verdadeira fidelidade aos propósitos da Coroa. Um propósito que já era anunciado no primeiro número do jornal: “Não se poderá acoimar-nos de exigentes, pedindo que se nos coloque na posição que obtivemos por nossa lealdade, que mantivemos por nossa dignidade, que devemos ocupar pela ilustração do império”, e que ganharia consistência ao longo das discussões travadas nos artigos.<sup>52</sup>

Dois meses depois, *O Militar* profetizava um papel missionário para o Exército: “Concluamos pois que só o Exército poderá extinguir essa mancha vergonhosa com que todos os estrangeiros que viajam pelo Brasil [percebem que] afeiam nossos costumes”.<sup>53</sup>

*O Militar* gradativamente precisava suas intenções. Se a elite política guardava um profundo desprezo pelo Exército, como acreditavam, esse desprezo era recíproco. Afora as vantagens particulares desfrutadas pelos governistas, para *O Militar* existia um outro motivo que os impedia de atribuírem ao Exército o valor merecido – a sua ignorância.

Não tomando em conta as “leis do conhecimento racional” e a “experiência histórica”, os políticos do império continuavam compartilhando da ideia de que a manutenção de um bom Exército configurava uma política de povos bárbaros. Descartavam todas as teorias políticas do mundo moderno, mostrando-se incapazes de perceber que tanto o Estado como o Exército surgiram juntos, de um mesmo processo, a partir da complexificação das sociedades.

Seguindo as proposições de John Locke, o jornal insistiria, em um artigo de setembro de 1854, que por mais evoluído que fosse um grupo social sempre haveria nele “homens viciosos, de índole cruel e sanguinária, indóceis as leis e delas transgressores”, sobre os quais o Exército deveria atuar firmemente. A civilização requeria ordem, e o Exército nacional era o principal instrumento dos Estados modernos na tarefa de manter a continuidade da vida em sociedade, resguardando a liberdade, a segurança e a propriedade privada.<sup>54</sup>

No entanto, o Exército imperial estava distante do modelo europeu de um Exército profissional. Todas as críticas realizadas por *O Militar* apontavam para uma instituição com um baixo grau de racionalização, e isso constituía na verdade a razão primeira da aparição do jornal. Quando os colaboradores da folha denunciavam, de diferentes formas, as práticas de preterição e o patronato, estavam iniciando uma luta pela modernização do Exército, por sua profissionalização a partir da incorporação de valores meritocráticos.

Nesse contexto, a existência de escolas militares com acesso “democratizado” era uma peça chave na nova reforma pretendida, e *O Militar* reconhecia ainda a importância de que ela integrasse obrigatoriamente o sistema de promoções do Exército. Isso porque a escola não só fornecia condições para a aquisição de conhecimentos técnicos específicos à carreira – rompendo com a tradição aristocrática dos “bem-nascidos” – como constituiria uma valiosa arma no combate ao patronato. Todavia, o jornal ia além: pensava a escola como espaço privilegiado para a organização de uma identidade social para a carreira – de formação de um “espírito militar”. Em artigo intitulado “Qual a nossa importância?”, *O Militar* demonstrava uma preocupação especial com o assunto:

O que é o Militar? É a honra, a fidelidade, o desinteresse. Como se manifesta essa honra, essa fidelidade, esse desinteresse no público? Pela singularidade nos seus uniformes, que, denotando-lhe a profissão fazem-o respeitar, pelas condecorações que lhe brilham no peito e que o apontam como um homem a quem a pátria deve gratidão, pois bem: tirai-lhe esses sinais que o caracterizam, confundi-o com essas baixas classes, que no Militar se extinguirá o amor a este uniforme, que faz a sua glória, que contém sua riqueza, e vereis o Exército sem consideração que lhe é devida, marchar rápido para seu ocaso.<sup>55</sup>

A resposta fornecida pelo artigo à indagação que ele próprio propunha nos permite imaginar uma função específica para o sentimento de hostilidade que os colaboradores de *O Militar* afirmavam existir na relação da elite política com o Exército. Esse sentimento fornecia um contraponto fundamental para a constituição de uma identidade militar: a elite política transformava-se no “outro” de uma relação que objetivava fixar um novo lugar para as forças de linha na sociedade imperial. Enquanto a elite política praticava atos “os mais indignos e infames”, a “Classe Militar” simbolizava a honra, a fidelidade e o desinteresse.<sup>56</sup>

Não foi outro o motivo que levou *O Militar* a divulgar a ideia de que os desmandos e o patronato constituíam práticas dirigidas com exclusividade para o Exército, quando, em vários de seus próprios artigos, é possível localizar denúncias sobre a generalidade dessas práticas, típicas de uma cultura política de base aristocrática. Essa oscilação entre a intencionalidade da elite e uma cultura política demonstra o interesse do jornal em direcionar o problema, e definir um “inimigo externo” contrário ao progresso da instituição. “Inimigo” que poderia contribuir de forma eficaz para a formação de uma unidade e coesão entre os militares.

Mas reconhecer uma certa funcionalidade na hostilidade sentida por *O Militar* em sua relação com o mundo civil não é o mesmo que negar a legitimidade dos descontentamentos do grupo responsável pela publicação. Os oficiais de baixa patente certamente tinham muitas razões para criticar a reforma conservadora. O que não é muito convincente é o sentido que atribuíam às medidas implementadas pelo governo. O Exército não foi a única instituição na qual os desmandos e o padrão hierarquizado de relação social persistiam. A Guarda Nacional e a própria magistratura também eram atingidas por essas práticas políticas.<sup>57</sup> A intenção de *O Militar*, ao singularizar o debate, era acumular capital político para uma segunda reforma no Exército. Como afirmaria em um dos artigos: precisava provar a necessidade de se realizar uma “reorganização total do Exército”, por meio da qual a instituição assumisse o lugar que lhe cabia pela fidelidade demonstrada durante os anos de convulsão social.<sup>58</sup>

A construção de uma identidade profissional – na avaliação de “O Militar” – estava diretamente relacionada tanto à criação de uma imagem unificada da instituição, como ao estabelecimento de um sistema próprio de distinções hierárquicas. Esses seriam os dois temas nos quais o jornal procuraria interferir. A tentativa de implementar uma nova reforma e o esforço de organizar os próprios militares já evidenciavam essa preocupação. Mas *O Militar* ainda seria mais explícito. Com apenas dois meses de vida, ao levantar a polêmica em relação aos usos

políticos do Exército, ele se distanciaria das questões técnico-administrativas para destacar um tema pouco explorado entre os políticos – a necessidade de se dotar os oficiais de um “espírito militar”. De acordo com o autor do artigo, os exercícios práticos eram a base de constituição dessa disposição profissional. “Os nossos militares”, afirmaria o autor:

Se fortificariam pelos exercícios, dando-lhes flexibilidade, destreza, agilidade e sobretudo saúde. Os exercícios inspirando-lhes uma justa confiança em suas forças arranca-los-ia da ociosidade e apatia, amoldando-os à subordinação e disciplina, e desenvolvendo-lhes o espírito militar, os disporiam a afrontar os trabalhos e perigos da guerra.<sup>59</sup>

Esse “espírito militar” deveria moldar nos corpos militares uma disposição para a luta, retirando-lhes da apatia e da ociosidade, mas também deveria eliminar a arrogância e pouca subordinação típicas dos oficiais de formação aristocrática. Um militar moderno deveria ser tão destemido e corajoso quanto disciplinado. Somente, assim, o governo evitaria o desgosto de deparar-se, em meio a lutas, com as vexaminosas denúncias de oficiais que abandonavam a tropa, amedrontados, ignorando por completo seu lugar na hierarquia militar.

Tamanho controle sobre os oficiais exigia uma certa autonomização do Exército – a hierarquia da instituição tinha que ser desvinculada da hierarquia social. É para esse fato que *O Militar* aponta quando publica um artigo inteiramente dedicado a refletir sobre uniformes. Nele é possível encontrar, não sem surpresa, um elogio à administração Felizardo. O elogio foi bem discreto. O autor não chegou nem mesmo a mencionar o nome do ex-ministro, mas reconhecia o empenho do gabinete na regulamentação dos uniformes do Exército que, por muito tempo, estiveram “entregues ao capricho, à fantasia dos Comandantes dos Corpos, e até do primeiro que se lembrava de fazer uma alteração”.<sup>60</sup> A partir daí, avançavam no tema. *O Militar* reclamava uniformes específicos

para cada arma. Padronizados, eles criavam a ideia – equivocada – de um nivelamento no corpo de oficiais.<sup>61</sup> O lugar ocupado por cada qual dentro do Exército deveria ser identificado, com certa facilidade, tanto pela tropa quanto por parte da sociedade. Um oficial do corpo de engenheiros, cuja promoção dependia de nada menos que sete anos de estudos, não poderia ser confundido, em hipótese alguma – segundo o jornal –, com um oficial que cursara apenas os dois anos das armas de cavalaria e infantaria.

Apenas um fato poderia causar maior revolta em *O Militar*: a utilização de partes do uniforme militar por profissionais não ligados à instituição. A partir de maio de 1855, o jornal seria decisivo quanto ao desrespeito que uma autorização desse tipo configurava:

Os correios dos ministros apresentam-se de sobrecasacas militares do uniforme do Exército, com galões de Capitão sem a menor diferença de divisas de Oficial. Para que houvesse essa modificação na libré dos correios, procedeu necessariamente permissão dos respectivos ministros, e não podemos ver em semelhante modo de proceder senão uma provocação à tropa aqui existente...<sup>62</sup>

*O Militar* conseguia ter clareza de que esse uso indiscriminado do uniforme militar por um funcionário ou correio de ministros, com os mesmos distintivos de um capitão, produzia um “esfacelamento identitário”, caracterizando uma afronta ao projeto de profissionalização da carreira. Detalhes como este, lidos como sinais da hostilidade cultivada pela elite política, que se sentia ameaçada pela honra e dignidade da “classe militar”, acabaram produzindo uma rápida descaracterização do jornal, que, em seus últimos meses, adotava um novo tom.

*O Militar* começou a pôr em suspenso alguns dos seus principais preceitos. O primeiro referencial que sucumbiu nessa crise foi Pedro de Alcântara Bellegarde. O ministro, a quem o jornal se apegou como símbolo da meritocracia e dos novos tempos, provocava, ainda em dezembro de 1854, a “mais fatal decepção” entre seus colaboradores.<sup>63</sup>

A insatisfação com o desempenho do ministro Bellegarde teve início com o episódio do “celibato militar”, quando alguns alunos que participaram da manifestação na Câmara dos Deputados foram presos. No calor dos acontecimentos, apesar dos ressentimentos, ninguém se pronunciou contra o apoio dado pelo ministro à “proposta celibatária”. No entanto, com o correr do tempo, e a votação de uma série de novas medidas, a imagem do ministro se desgastava:

O Sr. Ministro da Guerra ou não presta, ou não lhe consentem que preste atenção as necessidades do Exército. S. Ex.<sup>a</sup>, o homem do progresso e da ciência, e em quem tantas esperanças depositávamos, tem-se reduzido ao expediente mais insignificante, e nessa posição aflitiva, parece querer ser mudo espectador dos manejos do Diretor do gabinete, para comprometer o país e o Exército...<sup>64</sup>

A decepção com o ministro Pedro Bellegarde representava o esfacelamento de parte das crenças do *O Militar*. Como liderança, tanto mais legítima pelo fato de ter sido eleita e não imposta ao grupo, o ministro inspirava um tipo específico de conduta. Os militares que participavam do jornal tinham nele um modelo, que sintetizaram de forma clara nessa crítica ressentida. A esperança que depositavam era no ministro do progresso e da ciência, numa autoridade que, a seus olhos, expressava o mérito e os sentimentos de desprendimento e fidelidade. Mas essa imagem não resistira a alguns meses de práticas administrativas. Assim, depois de anunciar que tinha “antigos motivos até para amá-lo”, o jornal voltava a recuperar os benefícios que a administração Manuel Felizardo havia proporcionado à classe.<sup>65</sup>

Desencantado, *O Militar* assumia um tom novo, ameaçador:

o bom senso aconselha que se nos arranque do lodaçal que desde 1831 nos achamos submergidos. A época da regeneração se aproxima a passos de gigante; o Exército está cansado de tanto sofrimento; tem-se deixado ludi-

briar, é verdade; porém a reação pode por isso mesmo ser perigosa. Convém, portanto, que desde já se aplique algum bálsamo às inúmeras chagas que abundam em nosso corpo...<sup>66</sup>

Crescia entre os colaboradores da publicação a convicção de que os governistas só nutriam tamanho desprezo pelo Exército porque acreditavam que eles não eram capazes de reagir. Ideia que aponta para gradativa desarticulação dos princípios de “fidelidade” e “ordem” anunciados no “discurso de abertura” do jornal. *O Militar* começava a ameaçar a elite política com uma reação imprevisível e, no último número, acalmavam um “Sr. Senador” que se alterava diante da possibilidade de ocorrer uma aliança dos militares com a oposição liberal: “Descanse o Sr. Senador, nós conhecemos toda a extensão dos nossos males – o que ainda não sabemos é fazer revoluções para obter aquilo a que temos direito...”<sup>67</sup>

Certamente foi essa fase final de *O Militar* que levou a historiografia a ver em suas páginas a origem de um pensamento interven-

tor. O texto é realmente forte. Mas é preciso não perder a dimensão histórica dos fatos. Em primeiro lugar, vale destacar que a “fala” de *O Militar* – como o próprio jornal evidencia – de modo algum expressava a posição do Exército. Também não representava as ideias de uma jovem oficialidade progressista. Como vimos – esse é um segundo ponto importante –, os alunos da Escola Militar do Largo de São Francisco, de onde supostamente saía a publicação, não constituíam um grupo homogêneo, nem etária nem socialmente. Além disso, suas críticas se fundavam numa visão altamente hierarquizada da sociedade, de base conservadora. Aliás, foi o entusiasmo com o projeto conservador de reforma militar que mobilizou inicialmente o grupo para a publicação de *O Militar*.

Por fim, ao invés de imaginar esse grupo de jovens, quarenta anos depois, já maduros, ocupando postos importantes no Exército e difundido o pensamento intervencionista, acredito que temos mais a ganhar se recuperamos *O Militar* como um importante crítico da política militar conservadora, como peça chave nos estudos sobre o pensamento militar brasileiro.

---

\* Este artigo é uma versão revista e resumida do último capítulo de minha dissertação de mestrado: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. RJ, Arquivo Nacional, 1999.

<sup>1</sup> Grande parte das informações sobre o cotidiano da Corte dos anos cinquenta foi retirada de MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

<sup>2</sup> A principal fonte para essa discussão é a obra de Werneck Sodré. SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. p.183.

<sup>3</sup> Sobre a política conservadora e a consolidação do Estado Imperial brasileiro, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op.cit. e CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>4</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. Capítulo intitulado: “Características de um pasquim”.

<sup>5</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar*. São Paulo, Edusp, 1994. p.13.

<sup>6</sup> Idem. p.16 e 17.

<sup>7</sup> Idem. No capítulo “reformadores e Revoltados”, há vários exemplos, ver especialmente p. 40, 43 e 44.

<sup>8</sup> Essa tese sobre a hostilidade das relações entre Exército e elite civil durante o Império tem uma longa trajetória na historiografia, ainda que só tenha sido sistematizada na década de 1970, com Edmundo Campos Coelho. Neste autor, a ideia fundamentou outra tese, que aponta para uma “política de erradicação do Exército” durante o período imperial. Para um debate sobre o tema, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império do Brasil (1831-1850)*. In: RESTIER JÚNIOR, Renato Jorge Paranhos, LOUREIRO, Marcello Gomes, CHAGAS, Fabíola Maria da Silva. *A Guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2013.

<sup>9</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>10</sup> Para outros exemplos ver SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*. Op. cit. p.155.

<sup>11</sup> Três artigos podem ser encontrados sobre esta polêmica, sob o título “O Celibato Militar”. *Jornal O Militar* – 26 de agosto de 1854, 12 de setembro de 1854 e 30 de setembro de 1854.

<sup>12</sup> Anais da Câmara dos Deputados – sessão de 14 de agosto de 1854.

<sup>13</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>14</sup> Ver, principalmente, o jornal *Correio Mercantil* dos dias 15, 18 e 30 de agosto de 1854.

<sup>15</sup> *Jornal Correio Mercantil* – 18 de agosto de 1854.

<sup>16</sup> Sobre o assunto existem duas referências obrigatórias: MOTA, Jeová. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro. Editora Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976 e CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

<sup>17</sup> Citado por: MOTA, Jeová. Op. cit. pp. 66 e 67.

<sup>18</sup> CASTRO, Celso. Op. cit. p. 111.

<sup>19</sup> Idem. p. 128.

<sup>20</sup> Sobre a reforma tentada por Cunha Matos: SOUZA, Adriana. *O Exército na consolidação do Império*, p. 158.

<sup>21</sup> Criado em 1840, esse posto marcava um esforço de profissionalização da carreira, representando um prestígio conquistado por mérito. A ele só tinha acesso aluno que ao final do 3º ano obtivesse melhor classificação, o que não proporcionava qualquer distinção hierárquica, mas rendia um vencimento mensal maior do que aquele recebido pelos demais alunos. Arquivo Nacional, IG1 474, ofício nº 343, de 15 de julho de 1854.

<sup>22</sup> Arquivo Nacional, IG1 474, ofício nº 111, de 6 de março de 1854. A respeito, ver também: Arquivo Nacional, IG1 475, ofícios nº 138, de 17 de março de 1855, e nº 33, de 2 de janeiro de 1855.

<sup>23</sup> Anais da Câmara dos Deputados – sessão de 28 de junho de 1859.

<sup>24</sup> Ver respectivamente *Jornal O Militar*: 12 e 26 de agosto de 1854.

<sup>25</sup> *Jornal O Militar* – 20 de julho de 1854.

<sup>26</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>27</sup> *Jornal O Militar* – 12 agosto de 1854.

<sup>28</sup> Sobre o projeto conservador e a administração Felizardo, ver: SOUZA, Adriana. *O Exército na Consolidação do Império*, capítulo 2.

<sup>29</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1975.118.

<sup>30</sup> O gabinete de 7 de março de 1871, presidido pelo Visconde do Rio Branco, foi o de maior duração. Ficou no poder por um período de quatro anos e três meses. Ver: BARÃO DO JAVARI. *Organizações e Programas Ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro, Ed. Ministério da Justiça, 1962.

<sup>31</sup> O orçamento foi um argumento chave na sustentação da tese de que as relações entre militares e civis durante o Império foram marcadas por hostilidades, originando uma verdadeira “política de erradicação” do Exército. A historiografia afirmava que o Ministério da Guerra vivia à míngua, sem verba. Para uma revisão do tema a partir da questão orçamentária, ver: SOUZA, Adriana. *O Exército na Consolidação do Império*, capítulo 3.

<sup>32</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>33</sup> *Jornal O Militar* – 26 de outubro de 1854.

<sup>34</sup> *Jornal O Militar* – 22 de dezembro de 1854.

<sup>35</sup> *Jornal O Militar* – 11 de agosto de 1854.

<sup>36</sup> *Jornal O Militar* – 12 de outubro de 1854.

<sup>37</sup> *Jornal O Militar* – 13 de janeiro de 1855.

<sup>38</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>39</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>40</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>41</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>42</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>43</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>44</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>45</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>46</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>47</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>48</sup> *Jornal O Militar* – 20 de julho de 1854.

<sup>49</sup> *Jornal O Militar* – 20 de setembro de 1854.

<sup>50</sup> *Jornal O Militar* – 26 de agosto de 1854.

<sup>51</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>52</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>53</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>54</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>55</sup> *Jornal O Militar* – 20 de julho de 1854.

<sup>56</sup> *Jornal O Militar* – 13 de janeiro de 1855.

<sup>57</sup> Ver respectivamente: CASTRO, Jeanne Berrance. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831-1850*. São Paulo, Editora Nacional, 1979 e FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

<sup>58</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>59</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>60</sup> *Jornal O Militar* – 8 de março de 1855.

<sup>61</sup> *Jornal O Militar* – 8 de março de 1855.

<sup>62</sup> *Jornal O Militar* – 31 de maio de 1855.

<sup>63</sup> *Jornal O Militar* – 18 de novembro de 1854.

<sup>64</sup> *Jornal O Militar* – 28 de fevereiro de 1855.

<sup>65</sup> *Jornal O Militar* – 18 de novembro de 1854.

<sup>66</sup> *Jornal O Militar* – 28 de fevereiro de 1855.

<sup>67</sup> *Jornal O Militar* – 19 de julho de 1855.